

Património educativo edificado gaiense. Um primeiro ensaio de sistematização

***(Built Educational Heritage in Gaia. A Preliminary Essay
on Systematization)***

José António AFONSO

*(Instituto de Educação (IE) / Centro de Investigação em Educação (CIEd)–
Universidade do Minho)*

Eva BAPTISTA

*(CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória)
Faculdade de Letras - Universidade do Porto*

Ana VAZ

(Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia)

RESUMO: A “escola”, em Vila Nova de Gaia, constitui uma marca fortemente identitária nas comunidades, testemunhada não só pelos memoriais evocativos e estatuária abundante como, ainda, pela toponímia relacionada com as instituições escolares, professores, filantropos e outros agentes sociais, espalhada por todo o território e, obviamente, materializada em edifícios com funções educativas.

Na tentativa de contribuir para o impulso da criação de uma estrutura que permita a aprendizagem cognitiva e experimental do diversificado passado histórico educativo gaiense, esta investigação, que cruza a pesquisa documental arquivística e hemerográfica, com o estudo de campo, levantamento e sistematização tipológica, tem por objetivo traçar uma panorâmica dinâmica e descritiva do património edificado de Vila Nova de Gaia, até à edificação dos projetos-tipo de escolas regionalizadas, na década de trinta do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Vila Nova de Gaia; património; edifícios escolares; agentes sociais.

ABSTRACT: Education in Vila Nova de Gaia has left a deep mark on the city's identity, through its evocative memorials, abundant statuary and place names inspired by schools, teachers, benefactors and other social agents throughout the region.

The aim of this article is to offer a dynamic, descriptive overview of the built heritage of Vila Nova de Gaia and the regional model schools of the 1930s through a combination of field study and documentary archival research. The purpose of this research is to contribute towards

the creation of a catalogue of the city's educational architecture that supports both cognitive and experiential learning about its diverse historical heritage.

KEYWORDS: Vila Nova de Gaia; heritage; school buildings; social agents.

Introdução

O património educativo inclui a arquitetura escolar, com o edifício “escola”, o espaço envolvente, os equipamentos, os materiais de uso quotidiano e didáticos, os produtos dos alunos, os manuais, os documentos de arquivo, a que se devem acrescentar as memórias tecidas a partir das experiências de escolarização e as representações que esses espaços originaram. Desde os últimos anos do século XX, que se assiste a um movimento internacional de preservação e valorização do património educativo em que se envolvem diferentes domínios das ciências sociais nomeadamente, as ciências da educação, a história, a antropologia e a sociologia. Também a realidade atual tem manifestado uma procura social de identidade e de fixação da memória em torno da escola que, extravasando os limites académicos, transporta para a esfera pública modalidades mais práticas de refletir as vinculações entre, particularmente, a história e a memória coletiva, despertando vivências partilhadas de apropriação e recreação do passado, pelo que se impõe, assim, a necessidade de «*dar consistência a este movimento social e científico sobre a escola, a sua história e memória*»¹. Este nosso contributo cinge-se a uma amostra sintética e descritiva do património educativo edificado gaiense que é, diacronicamente, indissociável das múltiplas histórias (administrativa e institucional, cultural e social) que se embebem no município – «*o município político-administrativo; o município económico-financeiro; o município sociocultural; o município educativo; o município pedagógico*», como sustenta Justino de Magalhães², e, neste sentido, o presente inquérito é uma aproximação ao “município pedagógico”:

Foi contudo como município pedagógico que os concelhos criaram e mantiveram com regularidade uma orgânica e uma orientação centradas na ação formativa, junto dos diversos públicos. Há uma sobreposição e, de algum modo, uma indefinição entre o município educativo e o município pedagógico. Num e noutro caso, por iniciativa própria, o município criou e assegurou escolas, projetou, assumiu uma ação programada junto de certos públicos e para determinados fins. Mas o município pedagógico visa traduzir a ousadia que deu curso a tal aspiração.³

¹ Maria João Mogarro, Fernanda Gonçalves, Jorge Casimiro e Inês Oliveira, “Inventário e digitalização do Património Museológico da Educação – Um Projeto de Preservação e Valorização do Património Educativo”, *História da Educação*, v. 14, no. 30 (2010): 162; Vd. também Jaume Aurell, “Memória, història i identitat: el debat teòric”, *IDEES. Revista de temes contemporanis - Dossier: Història, memòria i identitat*, no. 28-29 - gener/juny (2006): 65-79. Na vertente que alia a reflexão com a intervenção podem-se evidenciar, entre outros autores, os estudos de Margarida Louro Felgueiras, de que destacamos o pioneiro projeto, “Museu Vivo da Escola Primária”, refletido em *A Escola Primária: entre a Imagem e a Memória*, dir. Rogério Fernandes e Margarida Louro Felgueiras (Porto: s.n., 2000) e o já citado estudo de Mogarro, Gonçalves, Casimiro e Oliveira, “Inventário e digitalização do Património Museológico da Educação”: 153-179.

² Justino Magalhães, “O Município Pedagógico e a escrita do local. Centenário da Reforma Republicana da Administração Local”, *Interacções*, no. 28 (2014): 14-15.

³ *Ibid.*, 17.

Importa perceber que «*durante muito tempo a escola não foi um lugar mas uma prática*»⁴. A arquitetura escolar é um conceito recente. Na Antiguidade, o ensino acontecia no exterior, no espaço público e, na Idade Média, nos espaços religiosos. Pode afirmar-se que os primeiros espaços de ensino construídos para este fim foram as universidades, cuja planta assentava num aglomerado de volumes construídos em volta de um pátio, de evidente herança monacal. Aliás, a influência desta arquitetura irá influenciar também os poucos locais de ensino autónomos promovidos pelos Jesuítas, que surgem em meados do século XVI no contexto de Contrarreforma, em reação à expansão das escolas protestantes que embora disponibilizando um ensino gratuito e aberto a qualquer classe social, beneficiou apenas uma minoria da população⁵.

A partir do século XVII, por ação de várias personalidades, germina um «*pensamento pedagógico no sentido da modernidade educativa*»⁶. Um desses pensadores é Jan Amós Comenius que, entre outras propostas inovadoras, defende a existência de uma escola aberta a todos, em todos os lugares⁷, predecessor de Jean-Jacques Rousseau que irá revolucionar o pensamento pedagógico e exercer grande influência em muitos educadores do movimento pedagógico da Escola Nova, ao entender que a criança não é um “pequeno homem” e defendendo que a infância começa no nascimento, consistindo num momento do desenvolvimento do ser humano, com especificidades cognitivas, físicas e emocionais que deveriam ser respeitadas⁸.

No século XVIII, a educação converte-se em função essencial do Estado, porque se considera ser mais fácil governar um povo instruído e com ele fomentar o progresso, corrente que vai ter eco em Portugal no governo do Marquês de Pombal. Em finais de setecentos, a trilogia liberdade, igualdade e fraternidade, emanada da Revolução Francesa, vai impor uma transformação na organização social e nas mentalidades com repercussões nas doutrinas educativas. Da França, difunde-se para a Europa e para o Mundo um novo paradigma educacional assente em princípios democráticos e de liberdade; uma educação como função do Estado, independente da Igreja; escolaridade elementar obrigatória e gratuita para todas as crianças; neutralidade religiosa; graduação do ensino⁹. Deste período, destacam-se, ainda, Pestalozzi, filantropo e pedagogo que consagrou toda a sua vida ao auxílio dos mais desfavorecidos através da educação, e Fröebel, o “pai dos Jardins de Infância”, pensadores que muito influenciarão a ação da filantropia portuguesa da segunda metade do século XIX, plasmada na criação de Asilos e de Creches.

Todavia, a instituição escolar como hoje a concebemos, enquanto espaço de ensino-aprendizagem gratuito e universal (para ricos e pobres, meninas e meninos), é uma longa

⁴ François Loyer (1993) *apud* Carla Andreia Galvão de Carvalho, *A evolução da arquitectura escolar portuguesa: as escolas primárias desde finais do século XIX até à contemporaneidade* (Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Lusíada), 35. Disponível em <http://hdl.handle.net/11067/488>.

⁵ Carvalho, *A evolução da arquitectura escolar portuguesa*, 40, 113, 118-119.

⁶ Ernesto Campos, *História da Educação* (Porto: Escola Superior de Educação de Santa Maria, 2001), 69.

⁷ *Ibid.*, 70.

⁸ *Ibid.*, 75.

⁹ *Ibid.*, 78.

“batalha” iniciada no século a que chamaram o “século da Escola”, o século XIX, mas que ainda assim viu fracassar, sucessivamente, várias reformas que não conseguiram dar resposta aos índices de analfabetismo.

A escola só se instala em edifício próprio nas últimas décadas do século XIX. Até aí, a prática do ensino desenrolava-se em edifícios já existentes, de grande diversidade morfológica, desde pequenas construções a mosteiros, no geral, um conjunto escasso de edifícios mal ventilados, fracamente iluminados, sem aquecimento, salas com mobiliário pesado e carteiras pouco ergonómicas, dispostas de forma a convergir com a secretária do professor, a autoridade do espaço. Vários higienistas, em finais de oitocentos, produziram estudos com vista à melhoria destas condições escolares. Todavia, importa referir que *“o tempo pedagógico não decorre estritamente do tempo político”*¹⁰. Isto, para se dizer que o ato de legislar não se traduz em prática imediata e, sobretudo, nalguns períodos de agitação política, não chega sequer a concretizar-se. Por outro lado, o “natural” tradicionalismo do antigo regime, o conforto da imutabilidade das práticas, fez tardar a adoção e enraizamento de novos hábitos, entre eles, o de aprender a ler, escrever e contar, o hábito de frequentar a escola. Em Vila Nova de Gaia, a intensidade desta condicionante foi tão mais evidente quanto maior era o seu afastamento ao litoral.

No início do século XX, a escola é já claramente entendida como um equipamento público com autonomia reconhecida, pelo que a partir daqui se inicia um conjunto de estudos sobre a sua morfologia, salubridade, implantação e contextualização urbana, que vão proporcionar uma evolução desta tipologia arquitetónica.

Paulatinamente, a diferentes ritmos geográficos, a escola contemporânea vai emergindo da cooperação entre a pedagogia e a arquitetura, de uma crescente importância atribuída ao mundo afetivo e emocional da criança, da necessidade de uma construção “à escala infantil” e de espaços que permitissem a liberdade de movimentos. Além dos problemas de iluminação, aquecimento, ventilação e som, o ensino das artes plásticas e o brincar passam a ser consideradas espaços indispensáveis no processo formativo e integrantes da escola¹¹.

Os primórdios da educação em Vila Nova de Gaia

Durante a Idade Média, só a Igreja possuía o conhecimento e a organização suficientes para chamar a si a instrução com uma ainda incipiente dimensão pública. Em todos os mosteiros ou conventos existiam duas escolas: a claustral, destinada às crianças que seguiam vida religiosa, e a canónica, para os mancebos seculares. A notabilidade destas escolas era tão maior quanto a riqueza dos mosteiros, pelo que nos mais modestos fica-

¹⁰ Joaquim Pintassilgo, “Reformismo republicano e inovação pedagógica: a difusão do Ensino Intuitivo”, *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*, organização de Áurea Adão et al (Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, 2012), 81.

¹¹ Aloï Giampiero, *Scuole.Schools* (Milan: Hoepli Editore, 1960), 12.

vam as escolas elementares¹². Ora, a existência dos mosteiros em Vila Nova de Gaia é remota e, portanto, antiga é também a prática de disseminação do ensino e aprendizagem das Primeiras Letras, neste território. Este era um ensino religioso, tendo como principal objetivo a preparação de novos clérigos.

No entanto, a ação dos mosteiros refletia-se na vida e na educação da população que habitava nestes domínios¹³. Por outro lado, a função educadora destas instituições religiosas vai perdurar através dos tempos através das novas ordens religiosas, materializada em Colégios de Educação que sobreviverão à implementação do Liberalismo, à implantação da República e aos momentos anticlericais associados, de que são exemplo o Colégio do Sardão (1878), o Colégio dos Carvalhos (1907) e o Colégio Nossa Senhora da Bonança, sediado em definitivo no palacete da Bandeira (1927) mas, cujo gérmen fora o Colégio Nossa Senhora do Rosário, fundado pelas irmãs Franciscanas Hospitalarias, no convento Corpus Christi.



Figura 1. Colégio Nossa Senhora da Bonança, Postal (pormenor), s.d.

A Revolução Francesa constituiu um fenómeno complexo, fazendo-se sentir em todo o mundo. As suas consequências estenderam-se à criação de um corpo teórico e legislativo organizativo de um sistema de instrução pública. Os homens da Revolução consideraram a instrução e a educação funções indispensáveis ao progresso dos povos, estabelecendo

¹² Sílvio Pélico, Filho, *História da Instrução Popular em Portugal* (Coimbra: “Lvmen” Empresa Internacional Editora, 1923), 16-17.

¹³ *Muitos Anos de Escolas. Ensino Primário-1941* (Lisboa: Ministério da Educação – Direção-Geral de Administração Escolar, 1990), 11.

os princípios da instrução primária geral obrigatória e gratuita, da educação e instrução feminina; da instrução como instrumento de moralidade pública, de igualdade e de progresso. Estes princípios vão influenciar a reforma do Marquês de Pombal, plasmados na Carta de lei de 6/11/1772, onde D. José expôs a convicção iluminista de que a felicidade de um povo depende da instrução que lhe é dada¹⁴. Esta lei consagra a organização oficial do Ensino Primário em Portugal, criando centenas de escolas (masculinas), às quais foram afetados 479 mestres de ler, escrever e contar, quebrando-se a exclusividade dos Jesuítas no domínio educativo. Para suportar financeiramente este projeto instituiu-se o “Subsídio Literário”, um imposto que incidia sobre a produção de vinho, aguardente, vinagre e carne para açougue de todas as comarcas, e que se pretendia reinvestido na sustentação das Aulas. No território que é hoje Vila Nova de Gaia, foram criadas cinco Cadeiras de Primeiras Letras, a saber Avintes, Pedroso (Carvalhos), Seixezelo, Vila Nova de Gaia e, mais tarde, Gulpilhares¹⁵. Sublinhe-se, mais uma vez que estas “escolas” não se referem a edifícios escolares, mas antes a lugares de ensino.

Não se sabe com rigor se todas as escolas do plano regulador pombalino chegaram a funcionar. Certo é que a morte do rei veio atrasar a concretização desta que foi a primeira tentativa de implementação de uma rede escolar em Portugal. Rede essa, note-se, que não pretendia estender a instrução a todas as classes populares, pois estas escolas de ler, escrever e contar (embrião da rede de escolas de instrução primária) e as escolas régias (esboço do que virá a ser o ensino secundário) situaram-se mais na conjuntura anti-jesuítica.

O reinado de D. Maria foi de grande hostilidade para com o Marquês e as suas reformas, refletindo a tentativa de restabelecimento da antiga situação de privilégio e de movimento contra a laicização das estruturas. A rede escolar foi ampliada, através da *Resolução Régia* de 16 de agosto de 1779, porém, as escolas voltaram ao espaço religioso¹⁶.

Na *Descrição Topographica de Villa Nova de Gaya*, há referência à existência de um «estabelecimento literário», em concreto, de um Seminário para educação de meninos, onde se aprendia não só as primeiras letras, mas também Língua Francesa, Latim, Música, e Geografia e, ainda, Dança e Desenho. Esta «*Casa de Educação*» veio a ser transferida, em 1813, para o Carvalhido, no Porto. Até 1825, funcionaram, ainda, duas Cadeiras de Latim (uma pública, outra particular) mas, depois, a rede escolar ficou cingida às escolas de instrução primária¹⁷.

¹⁴ *Ibid.*, 31.

¹⁵ Cf. Rogério Fernandes, *Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e o Ensino das Primeiras Letras*, (Porto: Porto Editora, 1994), 667-8.

¹⁶ *Muitos Anos de Escolas*, 33-35.

¹⁷ *Descrição topographica de Villa Nova de Gaya e da festividade que em acção de graças pela restauração de Portugal se celebrou na Igreja matriz em 11 de Dezembro de 1808 por João Monteiro d’Azevedo, cidadão do Porto, e cavaleiro da Ordem de S. Tiago. Acrescentada com muitos aditamentos, e notícias interessantes sobre a sua história por Manuel Rodrigues dos Santos, condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade algarismo 3, e natural da mesma villa.* 1.ª Edição. Porto. 1861. Agora mais acrescentada com [...] 2.ª Edição, por Manuel Rodrigues dos Santos (Porto: Imprensa Real, 1881), 64-5.

Do “século da escola” às primeiras décadas do século XX.

Terminadas as invasões francesas, o país teve que recomeçar. «*Não sendo de esperar para as escolas sorte diferente da que tiveram palácios, igrejas e celeiros, foram os postos de ensino abandonados e as aulas saqueadas*»¹⁸.

A Constituição de 1822 proclamou o ensino livre e a abertura de escolas de Primeiras Letras. Criaram-se 59 escolas primárias e aumentou-se o ordenado do professorado. As Cadeiras de Primeira Letras passaram a ser frequentemente instituídas por particulares, pelas juntas de paróquia ou pelos municípios, sendo que o fundador assegurava o pagamento do professor e, em muitos casos, o próprio espaço para a aula.

A Carta Constitucional veio garantir a gratuidade do ensino primário, porém, numa estrutura assente em condições escolares muito degradadas. Situação que vai agudizar-se no período miguelista, durante o qual se suprimiram 149 escolas primárias¹⁹. Entre 1828-1834, a rede de ensino primário retrocedeu com «*inspeções devassas, encerramento de escolas, perseguições aos professores, etc.*»²⁰. Estabelecido o regime liberal, o desafio era unânime: reduzir o analfabetismo, através da criação de uma vasta rede de escolas de instrução primária.

Em meados do século XIX, conforme se atesta através do quadro I, a rede escolar de Vila Nova de Gaia situava-se na linha de continuidade do projeto pombalino, porém, concentrada nas freguesias de maior densidade populacional.

Quadro 1. Rede de escolas régias e particulares, 1848

		N.º de escolas de ensino primário				N.º de discípulos			
Freguesia	Local	Régias		Particulares		Régias		Particulares	
		M	F	M	F	M	F	M	F
V.N. de Gaia	S. Roque	1				20			
Idem	Idem			1				45	
Idem	Idem			1				66	
Idem	Idem				1				20
Idem	Ferradores				1				15

¹⁸ *Muitos Anos de Escolas*, 35.

¹⁹ *Ibid.*, 41-42.

²⁰ Ernesto Candeias Martins, “Ideário da Escola Pública Portuguesa entre os Séculos XIX e XX”, *Montagem*, 10 (2008): 17.

		N.º de escolas de ensino primário				N.º de discípulos			
Freguesia	Local	Régias		Particulares		Régias		Particulares	
		M	F	M	F	M	F	M	F
Maçamude	Padrão	1				45			
Idem	Bandeira			1				50	
Idem	Idem			1				13	
Idem	Idem				1				12
Avintes	Cabanões	1				65			
Idem	Febros			1				24	
Idem	Outeiro			1				20	
S. Félix Marinha	Além Do Rio			1					
Idem	Idem	1				22			
Perosinho	Igreja			1				41	
Grijó	Corveiros	1				42			
Idem	Loureiro			1				39	
Pedroso	Carvalhos	1				61			
Vilar Paraíso	Jardim			1				42	
Oliveira Douro	Igreja			1				68	
Seixezelo	Cabeço	1				45			
Total		7	0	11	3	300	0	408	47

Fonte: Arquivo Distrital do Porto, Fundo do Governo Civil, Maço 604, Concelho de Gaia, *Mapa estatístico do número de escolas régias e particulares de Ensino Primário e Secundário existentes neste concelho em 31 de julho de 1848.*

Contavam-se, apenas, 7 escolas régias, todas masculinas, que ministravam instrução primária a 300 alunos, e 14 particulares (11 masculinas e 3 femininas), que instruíam 408 alunos e 47 alunas. Os dados apurados, constam de uma relação pedida pelo Govern-

dor Civil do Porto o qual, para além do número escolas e respetivos alunos procurava, também, auscultar a qualidade dos métodos pedagógicos praticados, bem assim como a inclinação política dos professores. Dada a extensão do território, o administrador do concelho pede escusa para não vistoriar a totalidade das escolas, processo para o qual seriam precisos mais do que 15 dias. Essas «*informações confidenciais acerca da casa dos professores*» referem-se a 5 escolas na sede do concelho, 4 em Mafamude e 2 em Avintes, na sua maioria, em «*ordem e com bom método para o ensino*».

Em 1866, Joaquim Ferreira dos Santos, mais conhecido por Conde Ferreira, deixa em testamento 144.000\$000 réis para a construção de 120 escolas pelo país (equivalente às 120 cabeças de concelho à época)²¹, legado que a edilidade gaiense não aceitou. Todavia, este ato de caridade moderna foi, certamente, seguido por muitos cidadãos abastados que também quiseram apoiar a instrução dos seus conterrâneos. O seu testamento veio, efetivamente, a colocar o governo perante um quadro novo de responsabilidades: inexistência de instalações e de regras adequadas para um aceitável funcionamento das aulas²².

A escola, nas palavras de Eça de Queirós, era “uma variação torpe entre o celeiro e o curral”, na opinião de Ramalho Ortigão, “*lúgubre, enxovalhada, sem luz e sem ar*” e “*detestáveis*”, na de um conterrâneo, maçom e negociante, de seu nome Diogo de Macedo Júnior:

Em todas as 23 freguesias, de que conta o concelho, existem apenas 7 escolas régias e 7 municipais de instrução primária. Se excetuarmos uma escola municipal, que há na vila, todas as demais são detestáveis. Nem são bem dirigidas, nem o ensino é regular e dignamente feito, nem os professores são remunerados como devem, pela importantíssima e sacratíssima missão de que são apóstolos! Com profunda mágoa presenciamos muitas vezes um mestre-escola, que em geral acumula diversos cargos, exercendo as funções de perceptor intelectual em plena taberna e até mesmo à porta de uma corte de porcos !!!²³

Contra esta situação e dentro do movimento higienista que se desenvolvia nos meios académicos e científicos, surgem diversos estudos com vista a melhorar as condições de salubridade e de conforto nos edifícios escolares²⁴. É disso exemplo, a dissertação inaugural, apresentada à escola médico-cirúrgica do Porto pelo republicano, natural de Avintes, Osório Gondim - *Luz natural e artificial das escolas*, onde defende a necessidade da escola desenvolver o intelecto mas também o corpo, e onde tece considerações sobre

²¹ As Câmaras Municipais ou juntas de Paróquia (atuais Juntas de Freguesia) para concorrerem ao legado tinham que disponibilizar terreno com o mínimo de 600 metros, além do necessário para o edifício, destinado a recreio e horta do professor. A obra tinha de seguir fielmente a planta estipulada e estar concretizada no prazo de um ano.

²² Também o mobiliário e o material escolar foram pela primeira vez regulamentados, através da portaria de 20 de julho de 1866.

²³ Diogo Macedo Júnior, “Breves considerações Económico-Agrícolas de Vila Nova de Gaia [1863]”, *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 11 (1981): 48.

²⁴ João Cosme, “As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do XX)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol.7 (2006): 181-195.

doenças do foro oftalmológico, ortopédico e psicológico que se podem desenvolver face à falta de condições dos edifícios escolares²⁵ detendo-se, sobretudo, na questão da luz²⁶.

O impulso da legislação liberal e republicana

Em 1870, D. António da Costa (bisneto do Marquês de Pombal), funda o efémero Ministério da Educação e propõe uma nova reforma de instrução primária, cujos principais objetivos são retomados por Rodrigues Sampaio, em 1878. O ensino é descentralizado²⁷, promove-se o aumento de escolas de instrução primária, criam-se as escolas normais (Lisboa, Porto e Évora), abrem-se cursos temporários de alfabetização (dominicais e noturnos), estabelecem-se comissões de beneficência e ensino para apoiar as crianças em idade escolar desfavorecidas, dinamizam-se as conferências pedagógicas com caráter obrigatório para os professores primários e responsabilizam-se as Câmaras em relação ao pagamento dos professores.



Figura 2. Escola Primária de Vilar de Paraíso, atual Espaço Jovem [Foto: Ana Vaz].

Em Vila Nova de Gaia, na década de setenta do século XIX, apenas 13 freguesias do concelho dispunham de instrução primária gratuita, revelando que este foi um processo lento, principalmente nos meios rurais, onde os mais ricos se instruíam e educavam com

²⁵ Innocencio Osorio Lopes Gondim, *Luz natural e artificial das escolas. Dissertação inaugural. Apresentada à Escola Médico Cirúrgica do Porto* (Porto: Typografia Ocidental, 1887), 29-58.

²⁶ *Ibid.*, 20, 59-93.

²⁷ Em 1892, o ministro Dias Ferreira impõem novamente a centralização.

recurso a professores particulares. Por outro lado, nem Gaia, nem o país dispunham ainda de edifícios adequados à prática do ensino e da aprendizagem. Nesse encaixe, como vimos, o conde Ferreira havia disponibilizado a sua fortuna, possibilitando que cada cabeça de concelho criasse de raiz a sua escola.

Neste concelho, a notícia mais antiga que se conhece sobre a construção de um edifício destinado à prática escolar refere-se a Vilar do Paraíso, a mando do conselheiro António Manuel da Fonseca. Esta escola, mobilada de modo exemplar, foi inaugurada com grande pompa num domingo de julho de 1880, na presença de uma multidão. O aspeto atual deve-se às obras de ampliação levadas a cabo em 1934, altura em que a escola foi ampliada com um piso superior onde se destaca o *lettering* com a respetiva designação²⁸.

A Lei de 2 de maio de 1878, veio a responsabilizar as juntas de paróquia pela criação de espaços de instrução, o que veio a despoletar a construção de algumas escolas, como é o caso das escolas de Cabanões e do Palheirinho, inauguradas em 1885 e 1897, respetivamente, por meio de subscrições dinamizadas por comissões promotoras.

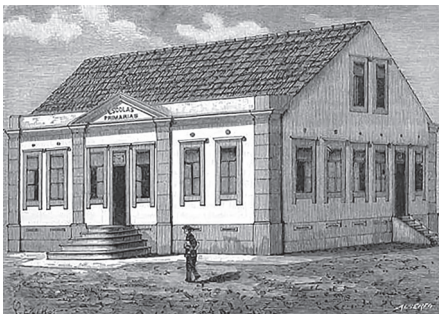


Figura 3. Escola de Cabanões/ Avintes. In Occidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. 21 de Setembro de 1883, n.º 171, 211-213.



Figura 4. Escola do Palheirinho Foto: Ana Vaz.

Por seu turno, o edifício das Escolas Paroquiais às Palhacinhas, inaugurado em 1885, foi erguido pela Junta de Paróquia de Santa Marinha, de que era presidente José Joaquim da Silva Magalhães, vice-presidente, João da Afonseca Lapa e vogais Henrique Gomes da Silva, Álvaro Pinto de Aguiar e João da Costa Caldas. Foi inaugurado com uma sessão solene a 13 de dezembro de 1885, presidida pelo Conselheiro José Guilherme Pacheco.

Vila Nova de Gaia vivia um período de desenvolvimento industrial, que já vinha a ocorrer desde meados do século XIX, de modo que se impunha um tipo de ensino específico, que desse resposta às necessidades do presente, isto é, um ensino técnico, industrial e

²⁸ Fernando Parreira, Helena Coutinho, Maria Albertina Viana, Mário Joaquim Coutinho, *S. Pedro de Vilar do Paraíso. Subsídios Monográficos* (Vilar do Paraíso: Edição da Junta de Freguesia de Vilar de Paraíso, 2003), 225/6.

comercial, que teve expressão legislativa com a Reforma de João Crisóstomo de Abreu e Sousa (1865) e de António Augusto de Aguiar (1883). O município não foi contemplado no decreto que criou as primeiras oito escolas de desenho industrial no reino. Porém, a intensidade industrial de Santa Marinha no início da década de oitenta, justificou a insistência da Sociedade de Instrução do Porto na criação de uma Escola de Desenho, neste território, e que veio a materializar-se na “Escola de Desenho Industrial Passos Manuel”²⁹, a qual teve a sua primeira sede nas instalações de uma escola noturna a cargo da Fábrica Cerâmica das Devesas e que, após mais de meio século instalada em diferentes edifícios da rua Direita, irá inaugurar novas instalações em terrenos da antiga Quinta de Cabo-mor, em 1955³⁰. A implementação do ensino liceal em Vila Nova de Gaia é tardia (Decreto-lei nº 45.636 de 31 de Março de 1964), tendo aberto portas com uma secção masculina - dependente do Liceu Alexandre Herculano - e uma feminina - dependente do Liceu Rainha Santa Isabel e, dois anos mais tarde, inaugura-se o designado Liceu Nacional de Vila Nova de Gaia.

No início do século XX, conforme se atesta pelo quadro 2, apenas 5 das 23 freguesias do concelho possuíam edifício próprio para escola.

Quadro 2. «Mapa das freguesias que tem edifício próprio para as escolas» (1905-1906)

Freguesia	Local do edifício	Sexo
Avintes	Cabanões	Masculino e feminino
Idem	Palheirinho	Masculino
Grijó	Mosteiro	Masculino
Oliveira do douro	Outeiro	Masculino e feminino
Valadares	Valadares	Masculino
Vila nova de gaia	Rua direita	Masculino e feminino
Idem	Candal	Mista
Idem	Devesas	Mista

Fonte: Breves Apontamentos Estatísticos nos Serviços Municipaes nos anos de 1905 e 1906 (Gaya, Typ. de Francisco Martins Barboza, 1907), 45.

Estes anos que antecederam a implantação da República são marcados pela ação de Joaquim Augusto da Silva Magalhães enquanto presidente da Câmara Municipal. Na sua equipa de vereadores, ressaltam nomes ligados ao proto republicanismo gaiense,

²⁹ “Numa pequena área inferior a dois quilómetros quadrados, conta Vila Nova de Gaia oito fábricas de cerâmica, dez serralharias, uma tinturaria, uma fábrica de tecidos d’algodão, cotins, etc. e outra de lanifícios – ambas com motor a vapor; e uma fabrica de vidros, além de inúmeras pequenas indústrias [...]”, *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 3, (1884): 37- 44.

³⁰ Sobre a instalação definitiva desta escola em terrenos da antiga quinta de Cabo-Mor, vd. Virgília Braga da Costa, “A urbanização da Quinta do Cabo-Mor e a construção da Escola Industrial e Comercial de Vila Nova de Gaia, no Estado Novo”, *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 77, vol. 12 (2013): 42-53.

tal como Joaquim Nicolau de Almeida e Inocêncio Osório Lopes Gondim e, à maçonaria, como António Florido da Cunha Toscano. A gestão escrupulosa e bem-intencionada destas vereações, está patente nos relatórios, conhecidos por «*Apontamentos estatísticos ...*» e que constituem, hoje, fonte interessante para a historiografia do concelho. Ao seu esforço andarão relacionado o aumento da rede escolar do concelho que, nesta altura, está espalhada pela totalidade das freguesias.

Com a implantação da República vieram a introduzir-se, em Portugal, inegáveis mudanças qualitativas no ensino, que se traduziram numa nova ideia de escola e em novas formas de pensar a educação. Para os republicanos a grande finalidade da educação consistia em formar cidadãos livres, capazes de compreender as novas instituições e de darem o seu contributo à sociedade. Neste sentido, toda a educação deveria proporcionar a consciencialização cívica do cidadão. Convém, sublinhar que a ação republicana em *prol* da educação popular iniciou-se muito precocemente e intensificou-se à medida que a crise monárquica se acentuava. A nova escola republicana edificou-se, portanto, apoiada nas propostas de muitos pedagogos que, desde o período monárquico, vinham defendendo os seus ideais educativos. Conjuntura esta em que o movimento Republicano se alargava, traduzindo-se na organização de uma série crescente de agremiações (centros, grupos, associações, ligas, grêmios, escolas, clubes...) que desempenharam um papel de relevo na difusão dos ideais republicanos mas, também, no impulso concedido à causa da instrução³¹.

Quadro 3. Escolas oficiais, 1917

Freguesia	Lugar	Género/tipo
Arcozelo	Igreja	Masculino; central, 4 lugares
	Boavista da Estrada	Feminino
	Arcozelo	Feminino
Avintes	Cabanões	Masculino; 2 lugares
	Cabanões	Feminino; 2 lugares
	Palheirinho	Masculino; 2 lugares
	Magarão	Masculino
Canelas	Megide	Masculino; 2 lugares
	Megide	Feminino
	Souto	Mista
Canidelo	Almiára	Masculino
	Almiára	Feminino
Crestuma	Casalinho	Masculino
	Colégio	Feminino

³¹ Maria Cândida Proença, *Educar. Educação para Todos. Ensino na I República. Centenário da República 1910-2010* (Lisboa: Parquescolar, 2011), 65-66.

Freguesia	Lugar	Género/tipo
Grijó	Santo António	Masculino; central; 6 lugares
	Loureiro	Feminino; 2 lugares
	Mosteiro	Feminino
Guetim	Aldeia Nova	Masculino
	Igreja Velha	Feminino
Gulpihares	Igreja	Masculino
	Pereirinho	Feminino
Madalena	Vale	Masculino; 2 lugares
	Vale	Feminino; 2 lugares
Mafamude	Bandeira	Masculino; 2 lugares
	Bandeira	Feminino, 1. ^a cadeira – 2 lugares
	Santo Ovídio	Feminino, 2. ^a cadeira
Olival	Igreja	Masculino; 2 lugares
	Carvalho	Feminino
Oliveira Douro	Outeiro	Masculino
	Outeiro	Feminino
Pedroso	Alheiras	Mista
	Carvalhos	Masculino; tem 2 lugares
	Figueiredo	Mista
	Mexedinho	Masculino; 2 lugares
	Moeiro	Feminino; 2 lugares
	Pisão	Mista
Perosinho	Loureiro	Masculino; 2 lugares
	Loureiro	Feminino
S. Félix	Igreja	Masculino
	Igreja	Feminino
	Brito	Mista
Sandim	Sandim	Masculino
	Igreja	Feminino

Freguesia	Lugar	Género/tipo
Santa Marinha	Afurada	Mista
	Candal	Mista
	Cândido dos Reis	Masculino; central; 4 lugares
	Cândido dos Reis	Feminino; 2 lugares
	Coimbrões	Masculino
	Coimbrões	Feminino; 2 lugares
	Devesas	Mista
	Gaia	Masculino
	Gaia	Feminino
Seixezelo	Vendas	Masculino
	Vendas	Feminino
Sermonde	Asprela	Mista
Serzedo	Figueira Chã	Masculino; 3 lugares
	Figueira Chã	Feminino; 2 lugares
Valadares	Valadares	Masculino; 2 lugares
	Valadares	Feminino; 3 lugares
Vilar Andorinho	Vilar	Masculino; 2 lugares
	Vilar	Feminino
Vilar Paraíso	Monte	Masculino; 2 lugares
	Jardim	Feminino; 2 lugares

Fonte: Acervo Documental da Escola do Palheiro/Avintes - Nº de escolas oficiais, segundo a deliberação da Comissão Executiva da Câmara, de 11 de Outubro de 1917 (referido a janeiro de 1917).

É importante realçar no legado educativo republicano, não só a já velha batalha contra o analfabetismo (cujas taxas rondavam os 75,1%, em 1910) mas, também, a laicidade escolar, a recetividade aos estudos de pedagogia e psicologia experimentais que nos legaram um melhor conhecimento da criança, deixada de ser entendida como um adulto em miniatura, a introdução de novas metodologias de ensino propostas pela Escola Nova, ainda hoje utilizadas, como, ainda, o papel conferido à compreensão em detrimento da memória, etc.³².

³² *Ibid.*, 68.

Uma das características mais inovadoras da escola republicana residiu na criação de um novo conceito de cidadão – o “homem novo”, que urgia formar. Esta formação revelou-se próxima do endoutrinamento e da inculcação de valores e a sua principal vertente assentava na introdução de uma área de formação cívica na escola primária com a qual se pretendia reforçar o aspeto laico³³.

Os resultados da Educação republicana foram modestos, dadas as vicissitudes políticas do regime, as consequências da Grande Guerra e a crise económica e financeira dos anos finais da República, mas deixaram a sua marca, particularmente, no ritual escolar. Uma significativa parte da ação educativa republicana traduziu-se, assim, num património efémero muito relacionada com as estratégias de “republicanização” da sociedade em que se inscreveram as festas escolares, como por exemplo, os estandartes, as récitas, os hinos e canções, património esse, que não cabe neste estudo tratar.



Figura 5. Casa do Professor, Adães Bermudes; Escola Básica n.º 2 de Campolinho/Valadares. Foto: Ana Vaz.

As escolas Adães Bermudes são características deste período. Em Vila Nova de Gaia, encontra-se parte de um edifício de tal autoria, com a respetiva casa para o professor, ampliado faseadamente e com a atual configuração consolidada na década de 70, designado como Escola Básica n.º 2 de Campolinho, na freguesia de Valadares.

³³ *Ibid.*, 67.

A iniciativa particular

A instrução em Portugal “viveu até à República da “caridade” e do *filantropismo burguês*, pois de ambos se nutriram *asilos, escolas, assistência escolar*”.³⁴ São exemplos gaienses as escolas criadas em Avintes (por Manuel Lopes da Costa Soares, 1870; por Joaquim Lopes, 1936), Arcozelo (por José Joaquim Teixeira de Castro, 1875), Vilar do Paraíso (por António Manuel da Fonseca, 1880), Valadares (José Monteiro Castro Portugal, 1896) e António Coelho Moreira e esposa, Isabel Mullier de Mesquita (Escola Feminina, 1906)³⁵, Oliveira do Douro (Maria Rosa de Barros Costa Basto, 1907).

Este filantropismo educativo, na esteira do exemplo do Conde Ferreira foi, em boa parte, subsidiado pelos negócios com o Brasil, conforme a investigação corrente³⁶ vai mostrando e estendeu-se não somente à criação e sustento de escolas mas, também, à instituição de prémios de incentivo ao bom desempenho escolar, apoios aos mais carenciados, à criação de cursos diversos e de estruturas de apoio aos problemas emergentes.



Figura 6. Escola da Aldeia Nova/Avintes (atual Centro de Dia), fundada por Joaquim de Oliveira Lopes. Foto: Ana Vaz.

³⁴ Ernesto Candeias Martins, “Ideário da Escola Pública Portuguesa”, 19.

³⁵ Em 1963, existia uma cantina escolar designada “Isabel Mullier de Mesquita”, *O Gaiense*, 49 (1963): 11.

³⁶ Desenvolvida por Eva Baptista, no âmbito do Curso de Doutoramento em História, na Faculdades de Letras da Universidade do Porto, orientada pelos professores Luís Alberto Alves e José António Martin Moreno Afonso.

O forte processo de industrialização em curso, ocorrido a partir da segunda metade do século XIX, deu origem a atos de filantropia educativa patronal, como foram os casos da Creche-Asilo D. Emília de Jesus Costa e António Almeida da Costa (proprietários da Fábrica de Cerâmica das Devesas) e da atual escola de Painçais/Lever que chegou a ter o nome do seu maior benemérito, o industrial, “Comendador António Pimenta da Fonseca”³⁷ e determinou, ainda, o desenvolvimento do movimento associativo em defesa do operariado (das suas condições de trabalho, da sua condição intelectual, moral e física, da proteção e educação dos seus filhos).

A chegada do comboio a Vila Nova de Gaia, às Devesas, em 1864, potenciou, na área envolvente, uma concentração populacional e o desenvolvimento comercio-industrial, criando novos espaços e serviços e inusitados hábitos e problemas sociais. Estas circunstâncias levaram a que o associativismo tivesse aqui um campo favorável para o seu enraizamento e desenvolvimento³⁸ constituindo, também, um movimento catalisador de energias em prol da instrução e educação dos gaienses sobretudo nos núcleos industriais, onde as agremiações promoviam, não só cursos de alfabetização mas, também, de valorização profissional (Desenho, Línguas Vivas, etc.) e pessoal (Música, Teatro, Ginástica)³⁹.



Figura 7. Creche Emília Jesus Costa e Asilo António Almeida da Costa. Foto: Abel Barros.

³⁷ Fátima Teixeira, *Companhia de Fiação de Crestuma. Do fio ao pavio*. (Vila Nova de Gaia: Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana/ Edições Afrontamento, 2017).

³⁸ Licínio Santos, *Cultura e Lazer Operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*, (Vila Nova de Gaia: Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana/ Edições Afrontamento, 2017).

³⁹ Cf. Eva Baptista, “O Clubismo em Vila Nova de Gaia, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX: intenção e ação educativas”, *COLUBHE – Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Investigar, Intervir e Preservar. Caminhos de História da Educação Luso-Brasileira: [atas]* (Porto: Flup, CITCEM-Centro de Investigação Interdisciplinar Cultura Espaço e Memória, 2016), 937-952. Disponível em <http://web3.letras.up.pt/colubhe/actas/eixo4.pdf>.

A ação educativa de origem associativa também teve expressão material/ edificada, sendo disso exemplo, o antigo edifício dos Bombeiros Voluntários de Valadares que na sua génese foi o “Centro Democrático Republicano e Escola Noturna de Valadares, Gaia”, construído em 1914, e o edifício da creche de Santa Marinha, adquirido em 1897⁴⁰. O impulso e apoio dado pelo associativismo à educação popular perdurou “*mesmo depois da República ter assumido muitas responsabilidades inerentes à instrução e de, por outro lado, o Estado Novo ter cerceado a atividade das organizações populares*”⁴¹.

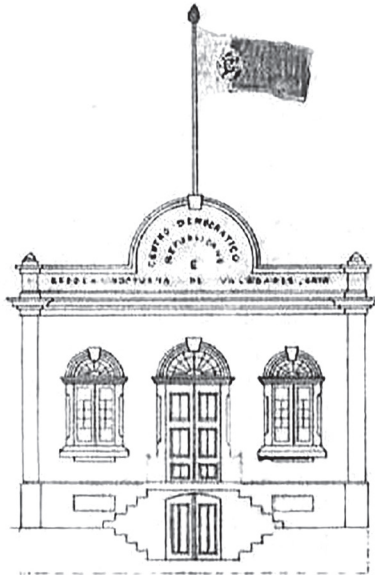


Figura 8. Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner/ Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia- *Licença para construir uma casa para instalação de centro republicano democrático e escola noturna, 1914 (pormenor da planta).*

A iniciativa religiosa

Com vista a apoiar, sobretudo, o operariado de Mafamude e de Santa Marinha, a família Cassels, protestante, encetou um conjunto de iniciativas educativas desde a criação de escolas (Torre, 1868; Prado, 1901), de uma escola infantil e escolas de instrução elementar e secundária⁴². Em 1907, funda-se em Oliveira do Douro, o Colégio Lusitano, dirigido por José Maria Leite Bonaparte, também de fé evangélica.

⁴⁰ Sobre a História desta instituição vd. Eva Baptista, *Associação das Creches de Santa Marinha. Espaço de Modernidade Educativa* (Vila Nova de Gaia: Associação das Creches de Santa Marinha/CITCEM, 2018).

⁴¹ *Muitos anos de escolas, Ensino Primário-1941*, 1990, 64.

⁴² Sobre a ação educativa protestante em Vila Nova de Gaia vd. António Silva, *Torre: Um lugar na História 1868-2018* (Vila Nova de Gaia: Igreja Lusitana Católica, Apostólica, Evangélica, 2018).

O investimento na rede escolar protestante gaiense contou com o apoio financeiro de muitos industriais e comerciantes gaienses, salientando-se, entre outros, José Gonçalves da Silva Matos e José Mariani.⁴³

Ainda nesta localidade, inauguraram-se o Colégio do Sardão, em 1879, com internato e externato⁴⁴ e a escola do padre Luís (também conhecida por “escola Oliveirense”), em 1908, no lugar da Lavadeira, instalando-se, definitivamente no lugar do Outeiro, em 1922.⁴⁵



Figura 9. Escola do Torne. Foto: Ana Vaz.

⁴³ Vd. António Manuel S. P. Silva; José António Afonso, “A rede escolar protestante em Vila Nova de Gaia (1868-1923): uma panorâmica geral”, em *A História da Educação em Vila Nova de Gaia*, organização de Cláudia Ribeiro e Francisco M. Araújo (Porto: CITCEM/ FLUP, 2017), 25-62.

⁴⁴ Foi o avô de Almeida Garrett, José Bento Leitão, que em 1878 instituiu como universais herdeiras da sua quinta “do Sardão”, as Irmãs de Santa Doroteia, Dona Maria José Ordaz (na época professora no Colégio de Jesus Maria José, Lisboa) Dona Maria Filomena Ordaz e Dona Joaquina Gomes (professoras no Colégio da Conceição, na Covilhã), com o objetivo destas promoverem a educação religiosa, vd. Gonçalves Guimarães, Sérgio Veludo Coelho e Deolinda Mota, *Roteiro Garretiano de Vila Nova de Gaia*, (Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1999), 97-101.

⁴⁵ Cf. António Leite e José António Afonso, “A escola do padre Luís – um subsídio para o seu estudo”, *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 54, vol. 9 (2002^a): 56-63; António Leite e José António Afonso, “A escola do padre Luís. Um subsídio para o se estudo (1912-1958)”, *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 55, vol. 9 (2002^b): 60-64; Manuel Leão, *Padre Luís uma identidade*, (Vila Nova de Gaia: Fundação Padre Leão, 2007) 47, 48, 55.

Por seu turno, em Pedroso, inaugura-se em 1884, o Seminário Episcopal de Nossa Senhora do Rosário dos Carvalhos. Esta instituição conhecida por “Seminário dos Carvalhos” encerrou com o advento do regime republicano, sendo ocupada, mais tarde, pela Colónia Agrícola Ferreira Lapa.⁴⁶

Ainda em Pedroso, nas vésperas da República (1907), o Padre António Luís Moreira funda o Colégio dos Carvalhos, um estabelecimento de ensino particular modelar, que ministrava a instrução primária e o curso geral dos liceus (ciências e letras) e, também, comércio, música e ginástica.⁴⁷

O final da década de 20 é marcado pela criação de duas instituições educativas de iniciativa religiosa, ainda hoje existentes: o já mencionado Colégio da Nossa Senhora da Bonança (1927), e o Seminário de Trancoso (1930), numa quinta doada à Diocese do Porto, por Maria Margarida Peixoto Guimarães e Silva⁴⁸, atual Colégio de Gaia.

Deste período, sobrevivem ainda dois exemplares do projeto de edifício escolar tipo XXV, n.º 46, do arquiteto Eugénio Correia, nomeadamente o Jardim de Infância da Aguda e o setor do Ensino Pré Escolar da Escola Básica da Capela, em Gulpilhares, apesar que este último encontra-se bastante alterado



Figura 10. Jardim de Infância da Aguda/Arcozelo. Foto: Ana Vaz.

⁴⁶ V. N. Santos, *Vila dos Carvalhos. Contributo para uma caracterização* (Pedroso: ACICCA- Jornal dos Carvalhos, s.d.), 23.

⁴⁷ O colégio dos Carvalhos, com a implantação da República, à semelhança dos seus congéneres foi encerrado. Retoma funções, em 1918 e, em finais década de 20, era um dos mais elegidos Internatos do Norte do País. José Domingues da Rocha Beleza [1913-1936], *Monografia de Pedroso. Jornal dos Carvalhos*. Suplementos da edição no. 13 de 15 de agosto de 1991, no. 22 de 15 de maio de 1992, no. 25 de 15 de agosto de 1992: 1.

⁴⁸ Miguel Lopes Cardoso, “Colégio de Gaia – 50 anos ao serviço da comunidade”, *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 27, vol. 2 (1984): 22.

A década de trinta do século XX

Ao longo de quase todo o século XX, verificou-se uma confluência entre diferentes acontecimentos políticos e económicos, agentes sociais e tipologias construtivas, que acabarão por caracterizar o próprio tecido urbano de Vila Nova de Gaia, cujo estudo se traduzirá numa amostragem da rede escolar nacional.

No panorama edificado educativo dos primeiros anos da década de 30, passam a ser implementados, por todo o país, os Projetos Regionalizados, inseridos num programa abrangente com vista à construção de edifícios-tipo em áreas de carência escolar. Desta fase construtiva, Vila Nova de Gaia, tem ainda em funcionamento escolas com projetos tipo Rogério Azevedo: a Escola Básica de Miramar (Arcozelo - construção com uma primeira sala de aula na década de 30), a Escola Básica do Maninho (Madalena - 1937), a Escola Básica dos Carvalhos (Pedroso - 1937) e a Escola Básica da Capela (Gulpilhares- 1939).



Figura 11. Jardim de Infância da Aguda/Arcozelo. Foto: Ana Vaz.

Destacamos, aqui, a Escola Básica do Marmoiral/Madalena, uma antiga casa rural alugada adaptada; a Escola Básica de Corveiros/ Grijó e a Escola Básica do Monte/São Félix da Marinha; e, ainda, a escola Municipal Pinto Mourão, no lugar de Laborim de Baixo (Mafamude), foi inaugurada no início da década de trinta. Este é um edifício que nasceu com base no testamento de Manuel Pinto Mourão, em 1897, e que demorou décadas a

concretizar-se, sendo exemplo desses legados que caíram no emaranhado da rede burocrática e da instabilidade política⁴⁹.



Figura 12. Escola Pinto Mourão. Foto: Fátima Teixeira.

A Escola Básica de Sá (1935), em Arcozelo, constitui entre alguns outros edifícios que viriam a ser construídos no futuro, uma exceção aos projetos-tipo de cariz economicista e regionalista desenvolvidos durante o período da ditadura. Encontra-se classificada como um edifício “pré-modernista”, da autoria do arquiteto Mário Abreu, cujo projeto foi apresentado ao município no ano de 1934. Apresenta-se como uma edificação sóbria, com cobertura plana e composição geométrica depurada, tanto ao nível da composição das fachadas, como na escolha dos materiais de construção. O edifício escolar denota ainda preocupações higienistas, evidenciadas pela respetiva implantação no terreno, grandes terraços e varanda, salas de aula voltadas a Nascente, avantajada altura do pé direito, lambrins de azulejos em zonas de circulação, existência de bebedouros e poço, entre outros elementos.

Como síntese, podemos interpretar a década de 30 como uma antevisão do que acontecerá neste território nas décadas seguintes, com a implementação de projetos a nível nacional e local, a coexistência entre a iniciativa pública e privada, construções estandarizadas dos programas *Plano dos Centenários* e *Novos Planos* (1941-1977) mas, também, com a edificação de experiências modernistas dos arquitetos Fernando Távora, João Andresen e Lobato Guimarães, que personificarão o início da década de 60.

⁴⁹ Sobre a “malfadada” escola Pinto Mourão, vd. Eva Baptista, “A Educação em Vila Nova de Gaia (1880-1930): Projeto e balanço do estudo doutoral”, *A História da Educação em Vila Nova de Gaia*, organização de Cláudia Ribeiro e Francisco M. Araújo (Porto: CITCEM/ FLUP, 2017), 63-87.



Figura 13. Escola de Sá/Arcozelo. Foto: Ana Vaz.

Outros percursos educativos

Em Portugal, só a partir de meados do século XIX é que começa a despontar uma preocupação assistencial e educativa infantil, muito por influência do modelo explicativo da realidade “ecologia social”, baseado no paradigma ambientalista de um certo determinismo espacial e social, em função da inter-relação dos fatores existentes num determinado ambiente. Por outro lado, é neste século que a idade da infância é tomada como determinante para o futuro cidadão, passando a criança a adquirir estatuto jurídico-social. Deste modo, os reformadores defendiam formas de intervenção e de prevenção da degeneração social em que se inscrevem os hospícios, orfanatos, recolhimentos, creches, entre outros, que acolhiam crianças abandonadas, órfãs, mendigas, desamparadas.⁵⁰

Tal como acontecia com as escolas, também estas instituições assistêncio-educativos pré-escolares raramente se instalavam edifícios próprios para o efeito⁵¹, ocupando espaços de tipologias diversas, coincidentes com a origem da filantropia associada, desde prédios a casas apalaçadas. No país e em Vila Nova de Gaia, as creches nascidas da revolução industrial foram os estabelecimentos que mais contribuíram para proteger as crianças do operariado. Em 1888, é fundada a “Creche de Santa Marinha” (atualmente na rua General Torres); em 1883, a “Escola Infantil do Torne” (rua Diogo Cassels); e, em 1894,

⁵⁰ Cf. Ernesto Candeias Martins, “A criança abandonada. Estudo histórico-educativo da Monarquia à 1.ª República”, *Educação Unisinos*, 10, vol.6 (2002): 176-198.

⁵¹ De carácter excecional no panorama português, é inaugurada a Escola Fröebel no jardim da Estrela, em Lisboa. Em 1911, inaugura-se o Jardim Escola João de Deus, em Coimbra que dará início a um programa coerente de construção e funcionamento de ensino pré-escolar.

o “Jardim Infantil da Fábrica Cerâmica das Devesas (rua Visconde das Devesas) que em 1915 passou a designar-se “Asilo, Creche e Hospital D. Emília de Jesus Costa e António Almeida da Costa” (lugar da Cambada/Devesas).

Vila Nova de Gaia, pontua ainda por outra especificidade, um tipo de “escola ao sol” desenvolvida no Sanatório Marítimo, em Francelos (Gulpilhares), fundada pelo médico Ferreira Alves, que privilegiou a educação como prioridade paralela à prática médica. As crianças e adultos internados, por padecerem de tuberculose óssea, além das deformações físicas, sofriam intensas dores. Aqui a educação servia também para iludir a realidade. Desenvolveu-se um projeto educativo de qualidade aplicado aos doentes internados, que incluía o ensino elementar ministrado por profissionais e a aplicação de práticas inovadoras (por exemplo, ginástica rítmica), Artes e Ofícios para os adolescentes, apostando, ainda, no ensino lúdico com recurso a materiais diversificados.⁵²

Em 1916, a Junta Geral do Distrito do Porto propôs a criação de uma escola de reforma nas instalações do antigo Seminário dos Carvalhos. Veio a ser a já referida Colónia Agrícola Ferreira Lapa, destinada a menores do sexo masculino, entre os 7 e os 18 anos. Mais tarde, veio a tomar o nome de “Escola de Artes e Ofícios”, estando, nos dias de hoje, a funcionar como Lar Juvenil dos Carvalhos, sob a Direção dos padres Claretianos, que desde há cerca de 40 anos desenvolve um trabalho profícuo no acolhimento e educação de crianças em risco.⁵³

Em 1929, inaugurou-se nas instalações do extinto convento Corpus Christi o “Instituto Feminino de Educação e Regeneração” que tinha por fim estabelecer, no distrito do Porto, *“recolhimentos próprios para, pelo trabalho e por todos os meios de regeneração desviar do caminho da perdição moral e reabilitar as pessoas do sexo feminino, especialmente as que não tiverem meios de subsistência”*.⁵⁴

Considerações finais

Das “escolas” sem edifício às primeiras escolas projetadas para ensinar crianças de uma região específica, passando por espaços deseducativos, espaços circum-escolares, conventos desocupados e palacetes doados, foi a trajetória eclética percorrida no concelho de Vila Nova de Gaia, em termos de construções e respetivas lideranças, com vista à alfabetização e moralização popular.

A reorganização recente do Parque Escolar, originou por todo o país a desativação de várias escolas destinadas à educação elementar/ 1.º ciclo. Medida esta que teve reflexos no quotidiano, na economia e no “clima” das comunidades. Mesmo no que concerne à necessária reutilização destes espaços de qualidade, em termos construtivos mas tam-

⁵² Sobre este assunto ver Anabela Amaral, *Vivências Educativas da Tuberculose no Sanatório Marítimo do Norte e Clínica Heliântia (1917-1955)* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto, 2007) e Anabela Amaral e Margarida L. Felgueiras, «Educação no Sanatório», *Educação, Sociedade & Cultura*, n.º 30 (2010), 75-93.

⁵³ V. N. Santos, *Vila dos Carvalhos*, 23.

⁵⁴ Acervo documental Convento Corpus Christi - Estatutos do Instituto Feminino de Educação e Regeneração, 1928.

bém sociais e emocionais, sente-se relutância na mudança, uma necessidade de tomada de decisões concertada, um sentimento coletivo de preservação de um espaço que é material e imaterial, que congrega memórias individuais e coletivas. Esta primeira abordagem ao panorama edificado educativo no concelho de Vila Nova de Gaia, deixa antever, por um lado, uma certa “sacralização” dos espaços no que concerne à reutilização de antigos edifícios escolares, patente na preocupação pela preservação dos espaços, na reutilização “digna” e sempre pública, e, por outro lado, deixa antever, ainda, uma grande heterogeneidade de soluções construtivas, proporcionada pelos distintos agentes, programas e localização geográfica, intrinsecamente acentuada pela extensão e diversidade económico-cultural do território, que nos motiva a dar continuidade ao estudo.

Bibliografia

- Amaral, Anabela. *Vivências Educativas da Tuberculose no Sanatório Marítimo do Norte e Clínica Heliântia (1917-1955)* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto, 2007).
- Amaral, Anabela e Felgueiras, Margarida L. “Educação no Sanatório”, *Educação, Sociedade & Cultura* 30 (2010): 75-93.
- Aurell, Jaume. “Memòria, història i identitat: el debat teòric”, *IDEES. Revista de temes contemporanis - Dossier: Història, memòria i identitat*, 28-29 - gener/juny (2006): 65-79.
- Baptista, Eva. “A Educação em Vila Nova de Gaia (1880-1930): Projeto e balanço do estudo doutoral”, *A História da Educação em Vila Nova de Gaia*, organização de Cláudia Ribeiro e Francisco M. Araújo. Porto: CITCEM/ FLUP, 2017.
- Baptista, Eva. “O Clubismo em Vila Nova de Gaia, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX: intenção e ação educativas”, *COLUBHE – Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Investigar, Intervir e Preservar. Caminhos de História da Educação Luso-Brasileira: [atas]* Porto: Flup, CITCEM-Centro de Investigação Interdisciplinar Cultura Espaço e Memória, 2016. Disponível em <http://web3.letras.up.pt/columbe/actas/eixo4.pdf>.
- Baptista, Eva. *Associação das Creches de Santa Marinha. Espaço de Modernidade Educativa*. Vila Nova de Gaia: Associação das Creches de Santa Marinha/CITCEM, 2018.
- Braga da Costa, Virgília. “A urbanização da Quinta do Cabo-Mor e a construção da Escola Industrial e Comercial de Vila Nova de Gaia, no Estado Novo. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 77, vol. 12 (2013): 42-53.
- Breves Apontamentos Estatísticos nos Serviços Municipaes nos anos de 1905 e 1906*. Gaya: Typ. de Francisco Martins Barboza, 1907.
- Campos, Ernesto. *História da Educação*. Porto: Escola Superior de Educação de Santa Maria, 2001.
- Candeias Martins, Ernesto. “A criança abandonada. Estudo histórico-educativo da Monarquia à 1.ª República”, *Educação Unisinos*, 10, vol.6 (2002): 176-198.

- Candeias Martins, Ernesto. "Ideário da Escola Pública Portuguesa entre os Séculos XIX e XX", *Montagem*, 10 (2008).
- Cosme, João. "As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do XX)", *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol.7 (2006): 181-195.
- "Escola de Cabanões/ Avintes". *Occidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, n.º 171 (1883): 211-213.
- Fernandes, Rogério. *Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e o Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora, 1994.
- Filho, Sílvio Pélico. *História da Instrução Popular em Portugal*. Coimbra: "Lumen" Empresa Internacional Editora, 1923.
- Giampiero, Alois. *Scuole.Schools*. Milan: Hoepli Editore, 1960.
- Guimarães, Gonçalves; Veludo Coelho, Sérgio e Mota, Deolinda. *Roteiro Garretiano de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1999.
- Leão, Manuel. *Padre Luís uma identidade*. Vila Nova de Gaia: Fundação Padre Leão, 2007.
- Leite, António; Afonso, José António. "A escola do padre Luís – um subsídio para o seu estudo", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 54, vol. 9 (2002^a): 56-63.
- Leite, António e Afonso, José António. "A escola do padre Luís. Um subsídio para o seu estudo (1912-1958)", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 55, vol. 9 (2002^b): 60-64;
- Lopes Cardoso, Miguel. "Colégio de Gaia – 50 anos ao serviço da comunidade", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 27, vol. 2 (1984).
- Lopes Gondim, Innocencio Osorio. *Luz natural e artificial das escolas*. Dissertação inaugural. Apresentada à Escola Médico Cirúrgica do Porto. Porto: Typografia Ocidental, (1887), 29-58.
- Loyer, François *apud* Galvão de Carvalho, Carla Andreia. *A evolução da arquitectura escolar portuguesa: as escolas primárias desde finais do século XIX até à contemporaneidade* (Tese de Doutoramento, 1993) Lisboa: Universidade Lusíada, 35. Disponível em <http://hdl.handle.net/11067/488>.
- Macedo Júnior, Diogo. "Breves considerações Económico-Agrícolas de Vila Nova de Gaia" [1863], *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 11 (1981)
- Magalhães, Justino. "O Município Pedagógico e a escrita do local. Centenário da Reforma Republicana da Administração Local", *Interacções*, 28 (2014): 14-15.
- Mogarro, Maria João; Gonçalves, Fernanda; Casimiro, Jorge e Oliveira, Inês. "Inventário e digitalização do Património Museológico da Educação – Um Projeto de Preservação e Valorização do Património Educativo", *História da Educação*, 30, v. 14,(2010).

- Muitos Anos de Escolas. Ensino Primário-1941*. Lisboa: Ministério da Educação – Direção-Geral de Administração Escolar, 1990.
- Pintassilgo, Joaquim. “Reformismo republicano e inovação pedagógica: a difusão do Ensino Intuitivo”. Em *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*, organização de Áurea Adão et al. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, 2012.
- Proença, Maria Cândida. *Educar. Educação para Todos. Ensino na I República. Centenário da República 1910-2010*. Lisboa: Parquescolar, 2011.
- Santos, Licínio. *Cultura e Lazer Operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*. Vila Nova de Gaia: Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana/ Edições Afrontamento, 2017.
- Santos, V. N. *Vila dos Carvalhos. Contributo para uma caracterização*. Pedroso: ACICCA-Jornal dos Carvalhos, s.d., 23.
- Silva, António Manuel S. P. e Afonso, José António. «A rede escolar protestante em Vila Nova de Gaia (1868-1923): uma panorâmica geral», *A História da Educação em Vila Nova de Gaia*, organização de Cláudia Ribeiro e Francisco M. Araújo. Porto: CITCEM/ FLUP, 2017), 25-62.
- Silva, António. *Torne: Um lugar na História 1868-2018*. Vila Nova de Gaia: Igreja Lusitana Católica, Apostólica, Evangélica, 2018.
- Teixeira, Fátima. *Companhia de Fiação de Crestuma. Do fio ao pavio*. Vila Nova de Gaia: Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana/ Edições Afrontamento, 2017.

Fontes documentais

- Acervo documental Convento Corpus Christi - *Estatutos do Instituto Feminino de Educação e Regeneração*, 1928.
- Acervo Documental da Escola do Palheiro/Avintes - Nº de escolas oficiais, segundo a deliberação da Comissão Executiva da Câmara, de 11 de Outubro de 1917 (referido a janeiro de 1917).
- Arquivo Distrital do Porto, Fundo do Governo Civil, Maço 604, Concelho de Gaia - Mapa estatístico do número de escolas régias e particulares de Ensino Primário e Secundário existentes neste concelho em 31 de julho de 1848.
- Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner/ Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - Licença para construir uma casa para instalação de centro republicano democrático e escola noturna, 1914.